O ESTADO DE S.PAULO
Publicado em 22/05/2022 - 06:00

Dispara compra de caminhões de lixo com preços inflados

Orçamento

Dinheiro público banca centenas de caminhões de lixo com preços inflados

Cidades com 8 mil habitantes ou menos receberam até três veículos compactadores de lixo em período inferior a um ano; 'Estadão' identificou suspeita de sobrepreço de R$ 109 mi

FARRA DO CAMINHÃO DO LIXO

ANDRÉ SHALDERS
JULIA AFFONSO
VINÍCIUS VALFRÉ
BRASÍLIA

O investimento público federal com coleta de lixo, um serviço essencial para o bem-estar da população, virou foco de despesas milionárias crescentes e fora do padrão nos últimos anos. Nas mãos do Congresso e do governo, a compra e a distribuição de caminhões de lixo para pequenas cidades saltaram de 85 para 488 veículos de 2019 para 2021. Avaliados com cuidado, esses gastos revelam transações difíceis de entender, como a da cidade do interior de Alagoas que tem menos lixo do que caminhões para recolhê-lo ou a diferença de R$ 114 mil no preço de veículos iguais, comprados no espaço de apenas um mês – sem falar da presença de empresas fantasmas no meio das operações (*mais informações na página ao lado*).

Durante dois meses, a equipe do **Estadão** analisou cerca de 1,2 mil documentos referentes à aquisição desses veículos com verbas do orçamento federal, incluindo relatórios, planilhas e vídeos, num total de 7,7 gigabytes. A distribuição de caminhões compactadores de lixo é usada por senadores, deputados e prefeitos para ganhar a simpatia e o voto dos eleitores de cidadezinhas pobres, onde a chegada desse tipo de auxílio é visível e faz enorme diferença. Até agora, o governo já destinou R$ 381 milhões para essa finalidade. A reportagem identificou indícios de pagamentos inflados de R$ 109 milhões.

A diferença dos preços de compra de modelos idênticos, em alguns casos, chegou a 30%. Em outubro passado, por exemplo, o governo adquiriu um modelo de caminhão por R$ 391 mil. Menos de um mês depois, aceitou pagar R$ 505 mil pelo mesmo veículo. Há casos também em que o governo recebeu veículos menores do que o comprado sem reaver a diferença de preço. Um município de 8 mil habitantes ganhou três caminhões compactadores num período de um ano e três meses, enquanto cidades próximas não têm nenhum. Até um beneficiário do auxílio emergencial ganhou licitações para fornecer caminhões de lixo para o governo.

Do jeito que está montada, a compra dos caminhões pelo governo para atender sua base no Congresso não segue nenhuma política pública de saneamento básico e não garante todas as fases da coleta de lixo. Caminhões são destinados a pequenas cidades sem qualquer plano para construção de aterros sanitários, como determinado em lei. No Piauí, por exemplo, o lixo coletado é jogado em terrenos a céu aberto em 89% das cidades. Mesmo assim, a prioridade dos políticos do Estado foi a aquisição dos veículos.

'LIXOCIATA'. A chegada dos caminhões de lixo vira uma atração nesses lugarejos. Em Brasileira (PI), a prefeita Carmen Gean (Progressistas) entregou o mesmo caminhão duas vezes. Em Mairipotaba (GO), houve uma espécie de "lixociata" – uma carreata para aplaudir o caminhão de lixo. Até políticos tradicionais participam. Em agosto, o senador e ex-presidente Fernando Collor de Mello (PTB-AL) divulgou foto ao lado do caminhão de lixo na cidade de Minador do Negrão (AL). Comprado com recursos de emenda parlamentar do senador, o caminhão é um dos maiores disponíveis no mercado, com 15 metros cúbicos. Para encher o veículo, que custou R$ 361,9 mil, a cidade leva dois dias.

Especialistas em gestão de resíduos não recomendam a utilização desses equipamentos mais potentes em municípios com menos de 17 mil habitantes. Os caminhões são caros, demandam funcionários preparados para operá-los e têm alto custo de manutenção – reparos no compactador precisam ser feitos em oficinas especializadas. Um estudo de auditores do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro considera o uso de caminhões compactadores em cidades com menos de 17 mil habitantes "desaconselhado sob a ótica financeira". A cidade que recebeu o caminhão compactador de Collor tem 5.315 habitantes. O adequado para essas cidades seria o uso de caminhões caçamba.

PAI DE LIRA. Barra de São Miguel (AL), cidade governada por Benedito de Lira (Progressistas), pai do presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas), ganhou três caminhões compactadores, do modelo grande, em 2020 (duas unidades) e 2021 (uma unidade) que ficam, na maior parte do tempo, parados. O município tem 8.434 mil habitantes. Enquanto isso, a 80 km dali, a cidade de Marimbondo, com 13.193 moradores, não recebeu nenhum veículo apesar de insistentes pedidos da prefeita Leopoldina Amorim (PSD).

"Já pedi a Fernando Collor, já pedi ao governador, já pedi ao Arthur Lira. Pedi a todo mundo. Até agora nenhum filho de Deus lembrou. Estou quase maluca, esperando que chegue esse caminhão", disse a prefeita.

Porto Alegre do Tocantins, com 3.200 habitantes, recebeu num período de cinco meses dois caminhões. Seriam necessários quatro dias e meio para encher os dois veículos, considerando a quantidade de lixo produzida na cidade. O prefeito Rennan Cerqueira (PL) disse ao **Estadão** que pediu apenas um, mas recebeu dois. "Um (*parlamentar*) me ofereceu e o outro fui eu que pedi. O meu lixo aqui é muito", disse, desligando o telefone quando perguntado a quem se referia.

Dimensionar corretamente a quantidade de lixo produzido por habitante é o principal parâmetro para calcular a necessidade do município e evitar sobrepreço ou superfaturamento na compra de caminhões, segundo o Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas. Ao não seguir esse parâmetro, o governo abre caminho para fraudes.

Legislação
Caminhões vão para cidades sem plano para construção de aterros, como determina a lei

'SOU CENTRÃO'. A compra de caminhão compactador de lixo disparou em 2020, logo depois que o Centrão tomou conta do governo Bolsonaro. Foi no mandato do atual presidente que órgãos como a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e, principalmente, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) intensificaram a aquisição dos veículos.

Ao longo do governo, foram licitados 1.048 caminhões compactadores de lixo pelas empresas controladas por apadrinhados do Centrão. O número saiu de 85 em 2019 para 510 em 2020 – um aumento de 500%.

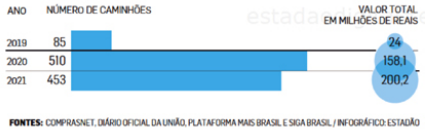
Procurada, a Sudeco disse que agiu conforme um "alinhamento de todo o Executivo". A Funasa alegou que é o município quem define o tamanho do caminhão. E a Codevasf negou irregularidades. O Palácio do Planalto não respondeu aos questionamentos da reportagem. Os políticos citados não ligaram de volta. ●

WILTON JUNIOR/ ESTADÃO

Caminhão de lixo em Pontalina (GO); cidades promovem eventos para celebrar chegada de veículo

RECURSOS

Após Bolsonaro se aliar ao Centrão, compra de caminhões compactadores com recursos do orçamento federal dispara



FONTES: COMPRASNET, DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, PLATAFORMA MAIS BRASIL E SIGA BRASIL / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Orçamento

Governo pagou R$ 114 mil a mais pela compra do mesmo caminhão

O ESQUEMA DO LIXO

Como funciona o mecanismo que fez aumentar a compra de caminhões de lixo no governo Bolsonaro

1 **Governo Bolsonaro** Permite que representantes do Centrão controlem verbas e façam indicações de apadrinhados para estatais estratégicas

2 **Parlamentares do Centrão** Destinam emendas para órgãos como Codevasf, Sudeco e Funasa e prefeituras comprarem caminhões de lixo

3 **Estatais e autarquias** Loteadas por apadrinhados de políticos, fazem licitações para compra dos caminhões em muitos casos com preços inflados

4 **Prefeituras** Veículos vão para cidades pequenas, onde chamam a atenção dos moradores e rendem eventos eleitoreiros

INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Aquisição de veículos envolve aumento repentino de preços e empresas com indícios de uso de 'laranjas'

FARRA DO CAMINHÃO DO LIXO

BRASÍLIA

O "boom" na compra de caminhões de lixo pelo governo beneficiou empresas cujos donos verdadeiros podem estar ocultos por meio do uso de laranjas. É o caso da Fibra Distribuição e Logística Eireli, uma microempresa sediada em Goiânia e cujo dono, Jair Balduino de Souza, recebeu dinheiro do auxílio emergencial na pandemia da covid-19.

A firma ganhou um pregão de R$ 8,5 milhões na Codevasf de Pernambuco. A superintendência pagou R$ 477 mil por um caminhão de lixo. Dois meses antes, a Codevasf em Brasília havia comprado o mesmo veículo por R$ 391,3 mil, de outra empresa. Assim, o braço da estatal em Pernambuco, comandado por um apadrinhado do ex-líder do governo Bolsonaro, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), deixou de economizar R$ 85.682,42 em cada um dos 18 caminhões. Ou R$ 1,5 milhão.

A prática contraria a instrução normativa 73/2020, do Ministério da Economia, que obriga a considerar o preço de compras anteriores. A própria Codevasf já seguiu esta regra em outros casos.

Também sediada em Goiânia, a Globalcenter Mercantil Eireli, outra microempresa, ganhou uma licitação da Codevasf em São Luís (MA), no valor de R$ 1,7 milhão. O **Estadão** esteve na sede da empresa na última semana e encontrou uma casa abandonada, tomada pelo mato. No local, a reportagem descobriu que o suposto dono da Global – ao menos no papel – é funcionário da Fibra.

Desde 2020, a empresa participou de mais de 100 licitações do governo Bolsonaro, mas só recebeu dinheiro da unidade da Codevasf comandada por apadrinhado do deputado Aluísio Mendes (PSC-MA). Além dos caminhões, a Globalcenter informou à Receita Federal que atua em vários outros segmentos: do controle de pragas urbanas como ratos e baratas até cursos de pilotagem.

Na licitação vencida pela Globalcenter, a Codevasf-MA concordou em pagar R$ 356,9 mil por caminhão de lixo – uma semana antes, o braço da estatal em Pernambuco comprou o mesmo produto por R$ 319,7 mil. "A empresa fechou no fim de 2020, não tem mais. Não funciona mais. Quebrou financeiramente", disse Herbert Rafael, da Globalcenter. Ele, porém, não explicou como a firma participou de licitações ao longo de 2021.

Nas centenas de documentos analisados pelo **Estadão**, a diferença mais gritante entre compras do mesmo caminhão chegou a R$ 114 mil. A Codevasf poderia ter poupado R$ 3,63 milhões apenas neste edital, se tivesse mantido o preço do pregão de menos de um mês antes para a compra de um novo lote de 32 veículos.

OFERTA ÚNICA. Em outro caso, na maior licitação de caminhões de lixo da Codevasf nos últimos anos, uma empresa de Minas Gerais arrematou um lote de 110 caminhões, avaliado em R$ 52 milhões, com apenas um lance. A empresa também foi a única a fazer uma oferta, e a fase de disputa do pregão se encerrou depois de apenas 88 segundos. Segundo servidores públicos, a situação é incomum.

No interior da Paraíba, os 3,1 mil habitantes da pacata São Domingos terão o lixo coletado por um caminhão moderno comprado com uma emenda de meio milhão de reais do deputado federal Wellington Roberto (PL) via Fundação Nacional de Saúde (Funasa). A máquina de R$ 549 mil é exagerada para a realidade local: com capacidade para 12 metros cúbicos de lixo, ela poderá recolher em uma única coleta todo o lixo produzido pela cidade em dois dias e meio.

Em Areia de Baraúnas, no interior paraibano, a prefeitura comprou um caminhão por R$ 470 mil também com emenda de Wellington Roberto. Os 2,1 mil habitantes terão um caminhão capaz de compactar quase 6 toneladas de lixo. A produção diária é de 1 tonelada. Procurado, o deputado não comentou. ● A.S., J.A. e V.V.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Pagina:** 6 e 7

Copyright © Clipclap 2025.